

ANEXO II**DADOS MÍNIMOS DO TERMO DE ARREMATAÇÃO****1) Dados do Leilão:**

- 1.1) Número do Leilão;
- 1.2) Data do leilão.

2) Dados do Leiloeiro:

- 2.1) Nome;
- 2.2) Nº inscrição na junta comercial/UF;
- 2.3) Endereço.

3) Dados do lote:

- 3.1) Nº do Lote;
- 3.2) Descrição;
- 3.3) Valor proposto.
- 3.4) Modalidade (I ou II):

4) Dados do proponente, se Pessoa Física:

- 4.1) Nome completo;
- 4.2) Nº do CPF;
- 4.3) Nº do documento de identidade/órgão emissor;
- 4.4) Estado civil;
- 4.5) Profissão;
- 4.6) Telefone;
- 4.7) Endereço completo;
- 4.8) Endereço eletrônico (e-mail).

5) Dados do proponente, se Pessoa Jurídica:

- 5.1) Razão social;
- 5.2) CNPJ;
- 5.3) Telefone;
- 5.4) Endereço completo;
- 5.5) Endereço eletrônico (e-mail).
- 5.6) Dados do representante legal;
 - 5.6.1) Nome completo;
 - 5.6.2) Nº do CPF;
 - 5.8.3) Nº do documento de identidade/órgão emissor;
 - 5.8.4) Estado civil;
 - 5.8.5) Profissão;
 - 5.8.6) Telefone;
 - 5.8.6) Endereço completo;
 - 5.8.7) Endereço eletrônico (e-mail).

6) Assinatura do leiloeiro.

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS – PESSOA FÍSICA**

O Contratado DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. não é empregado ou dirigente do Banco do Nordeste;
2. não está suspenso pelo Banco do Nordeste;
3. não está impedido pela União ou declarado inidôneo pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
4. não é administrador ou sócio de empresa suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
5. não foi sócio ou administrador de empresa suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. não possui relação de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau civil) com:
 - 6.1. dirigente do Banco do Nordeste;
 - 6.2. empregado do Banco do Nordeste cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação (área demandante da licitação/contratação, área que realiza a licitação/contratação, área com gerenciamento sobre o presente contrato);
 - 6.3. autoridade do ente público a que o Banco do Nordeste esteja vinculado;
7. não foi gestor, nem empregado do Banco do Nordeste ou, se foi, o fato ocorreu há mais de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura desta declaração.

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal do Contratado

Para efeito de informação, objeto desta declaração, devem ser observados os seguintes tipos de relação familiar:	
Por consanguinidade em linha reta:	Bisavô, avô, pai e mãe, filhos, netos e bisnetos.
Por consanguinidade em linha colateral:	Tios, irmãos e sobrinhos.
Por afinidade:	Padrasto, madrasta e enteados do empregado e do seu cônjuge, genro, nora, sogros, cunhados e concunhados do empregado e avós, netos, bisavôs e bisnetos do cônjuge.

Ou

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS – PESSOA JURÍDICA

1. não é constituído por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco do Nordeste;
2. não está suspenso pelo Banco do Nordeste;
3. não está impedido pela União ou declarado inidôneo pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
4. não é constituído por sócio de empresa que esteja suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
5. não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
6. não é constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. não tem administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pelo Banco do Nordeste, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
8. não há nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa impedida pela União ou declarada inidônea pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
9. não possui administrador(es) ou sócio(s) com poder de direção que tenha(m) relação de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau civil) com:
 - 9.1. dirigente do Banco do Nordeste;
 - 9.2. empregado do Banco do Nordeste cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação (área demandante da licitação/contratação, área que realiza a licitação/contratação, área com gerenciamento sobre o presente contrato);
 - 9.3. autoridade do ente público a que o Banco do Nordeste esteja vinculado;
10. o(s) proprietário(s) desta empresa, mesmo na condição de sócio(s), não foi(ram) gestor(es), nem empregado(s) do Banco do Nordeste ou, se foi(ram), o fato ocorreu há mais de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura desta declaração.

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal do Contratado

Para efeito de informação, objeto desta declaração, devem ser observados os seguintes tipos de relação familiar:	
Por consanguinidade em linha reta:	Bisavô, avô, pai e mãe, filhos, netos e bisnetos.
Por consanguinidade em linha colateral:	Tios, irmãos e sobrinhos.
Por afinidade:	Padrasto, madrasta e enteados do empregado e do seu cônjuge, genro, nora, sogros, cunhados e concunhados do empregado e avós, netos, bisavôs e bisnetos do cônjuge.

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades legais, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Fortaleza - CE, ____/____/20____.

.....
Sócio Administrador CPF:

ANEXO V**ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL**

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, COMO OUTORGANTE VENDEDOR E, DO OUTRO LADO,, COMO OUTORGADO(A) COMPRADOR(A), NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento virem que aos ____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e dezesseis (20XX), nesta cidade de _____, Estado do(e) XXXXXXXXX, por me haver sido esta distribuída, compareceram, perante mim, Tabelião, partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE VENDEDOR**, o **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, integrante da Administração Pública Federal Indireta, com sede em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, situado na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5.700, Bairro Passaré – CEP 60743-902, inscrito no CNPJ sob o nº 07.237.373/0001-20, neste ato representado por (qualificar: nacionalidade, estado civil, profissão, RG/órgão emissor e CPF), e (qualificar: nacionalidade, estado civil, profissão, RG/órgão emissor e CPF), respectivamente, Gerente Geral e Gerente da Agência, onde são residentes e domiciliados, na conformidade do instrumento procuratório adiante transcrito e que fica fazendo parte integrante desta escritura, e, de outro lado, como **OUTORGADO(A) COMPRADOR(A)**,

..... (nacionalidade, estado civil, profissão, RG/órgão emissor e CPF), residente (informar endereço), todos meus conhecidos e das testemunhas no final nomeadas e assinadas, que também as conheço, e de cuja capacidade e identidade jurídica dou fé. Então, perante as mesmas testemunhas, pelo OUTORGANTE VENDEDOR, me foi dito o seguinte: 1º) que é senhor e legítimo possuidor, por justo título e aquisição legal de (descrição do imóvel); imóvel adquirido por meio da Carta de (adjudicação ou arrematação) datada de, expedida pelo MM. Juiz (a) Comarca de, Estado do, extraída dos autos da Ação; registrada sob o nº R.0X/..... do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de; 2º) que referido imóvel se encontra absolutamente livre e desembaraçado de qualquer dúvida, dívida, ônus reais, judicial ou extrajudicial, hipoteca, impostos, taxas, foro ou pensão ou quaisquer outros ônus reais e que sobre o mesmo não existem em trâmite ações fundadas em direito real ou pessoal reipersecutórias ou quaisquer outras ações que possam afetá-lo; 3º) que pela presente, e na melhor forma de direito, o **OUTORGANTE VENDEDOR** vende o citado imóvel ao **OUTORGADO(A) COMPRADOR(A)**, pelo preço certo e ajustado de R\$ (.....), já recebidos pelo **OUTORGANTE VENDEDOR**, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação, transferindo-lhe, por meio desta escritura e da cláusula “constituti”, todo o domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o imóvel ora vendido, obrigando-se a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direitos; 4º) que correrão por conta da **OUTORGADO(A) COMPRADOR(A)**, todas as despesas cartorárias e tributárias decorrentes da presente compra e venda. Pela **OUTORGADO(A) COMPRADOR(A)**, por sua vez, me foi dito que aceitava esta escritura como está redigida, por ser a expressão fiel do que pactuara. Pelo **OUTORGANTE VENDEDOR** foram apresentados (no que couber), Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CAIXA, em conformidade com o art. 7º, V, da Lei nº 8.036, de 11.05.90; Certidão Negativa de Débitos (CND) nº, série, emitida pela SRF em data de ____/____/____, na forma da Instrução Normativa INSRF nº 93, de 23/11/2001; Certidão Negativa de Débitos (CND) nº, série, emitida pelo INSS em data de ____/____/____, na forma do art. 5º, do Decreto-lei nº 1.958, de 09.09.82 e arts. 522, 523, I, “b”, da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14.07.05 (DOU de 15/07/05); Certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, exigidas pelo art. 1º, item IV, do Decreto nº 93.240, de 09.09.86, que ficam arquivadas nestas Notas. (Por fim, transcrever a procuração outorgando poderes aos administradores da **Ag.**, para assinarem a escritura; o comprovante de pagamento do ITBI, e as demais quitações). E como assim disseram e outorgaram.....